

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Maria Fernanda Medeiros Rodrigues

**COMBATE NAS TREVAS: CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO DO BRASIL E ESTRATÉGIAS
REVOLUCIONÁRIAS DO PCB E VPR NA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR (1964-1985)**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Leonardo Silva Andrada

Juiz de Fora
2025

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **MARIA FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES** acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202372041A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **COMBATE NAS TREVAS: CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO DO BRASIL E ESTRATÉGIAS REVOLUCIONÁRIAS DO PCB E VPR NA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR (1964-1985)**, desenvolvido durante o período de 22 DE ABRIL DE 2025 a 15 DE AGOSTO DE 2025 sob a orientação de LEONARDO SILVA ANDRADA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

MARIA FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

COMBATE NAS TREVAS: CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO DO BRASIL E ESTRATÉGIAS REVOLUCIONÁRIAS DO PCB E VPR NA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR (1964-1985)

Maria Fernanda Medeiros Rodrigues¹

RESUMO

O presente estudo buscou analisar os diferentes pontos de vista quanto a formação do Brasil desenvolvidos pelos grupos militantes Partido Comunista Brasileiro e Vanguarda Popular Revolucionária durante a ditadura militar (1964-1985). Em seguida, buscou entender como essas diferenças teóricas foram transformadas pelos militantes em estratégias distintas para combater o autoritarismo governamental. A metodologia escolhida para tal feito, foi a revisão bibliográfica de obras acadêmicas encontradas no Google Scholar, Portal CAPES e SciELO, bem como a orientação base da obra *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender. No mais, a hipótese que direcionou este trabalho considerou que as diferenças entre os grupos não se limitavam à tática militar, mas também aos pareceres teóricos sobre o Brasil, o que influenciou a definição de conceitos práticos revolucionários, tal como sujeito revolucionário, o modelo organizativo e o tipo de revolução pretendida. Nesse sentido, foi apresentado que o PCB se baseou teoricamente na tradição marxista-leninista ortodoxa e interpretava o Brasil como sociedade semicolonial e semifeudal; e com isso, propôs uma revolução em etapas, sendo a primeira uma revolução burguesa e somente depois uma revolução socialista resultando em estratégias de construção de alianças democráticas e participação institucional. Já o VPR, influenciado pelo foquismo guevarista e pela teoria da dependência, compreendia o país como formação capitalista dependente e propôs aos militantes uma revolução diretamente socialista, por meio de táticas de guerrilha e ação armada imediata. Por fim, a análise revelou que essas divergências como fundamentais para o entendimento das práticas políticas adotadas durante o enfrentamento ao regime militar.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência armada. Ditadura militar brasileira. Formação do Brasil. Partido Comunista Brasileiro. Vanguarda Popular Revolucionária. Jacob Gorender.

1. INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira (1964-1985) caracterizou-se não só pela imposição de um regime autoritário, mas também pela emergência de diferentes formas de resistência que questionaram a ordem política vigente, bem como as interpretações sobre a formação nacional. As práticas de resistência, nesse sentido, constituíram um dos capítulos mais emblemáticos e controversos da história política recente do país, e conforme apresenta Napolitano (2014), entre as datas que marcaram esse ciclo político, o Brasil apresentou debates e acontecimentos que moldaram nossa história e ainda hoje geram debates de extrema importância.

Inicialmente, é necessário caracterizar que o projeto militar foi instaurado no Brasil em 1964, com base em alegações anticomunistas, e se deu por meio de um golpe de Estado com a deposição do governo de João Goulart. Ao longo de seus 25 anos, “desdobrou-se num processo pendular, em que se revezavam períodos de maior e menor violência política” (CODATO, 2005, p. 85). É nesse contexto que emergem os grupos da esquerda revolucionária, impulsionados por diferentes leituras da realidade brasileira e por diversas estratégias para transformar a estrutura social do país e enfrentar o regime autoritário, tal como a luta armada.

Conforme demonstra Sales (2020), o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira intensificou-se significativamente no pós-golpe de 1964, quando diferentes organizações políticas desenvolveram estratégias revolucionárias que refletiam suas concepções quanto à natureza da sociedade brasileira e quanto aos caminhos adequados para sua transformação. Entretanto, veremos a seguir que disputas e práticas críticas à formação social brasileira surgiram desde antes desse período.

A década de 1960 testemunhou, contudo, um aumento significativo no número de grupos clandestinos contra o governo que, além de combater o regime militar, elaboraram análises intelectuais sobre o processo

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Nome Do Orientador.

histórico de formação do país, as quais seriam traduzidas em práticas políticas concretas. Essas divergências, no entanto, longe de serem meramente intelectuais, refletiram-se em decisões políticas e militares fundamentais, como o tipo de revolução almejada (democrático-burguesa ou socialista), a centralidade atribuída ao campesinato ou ao proletariado e a preferência por estratégias como o foco guerrilheiro.

Nesse sentido, a escolha da obra *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender, como direcionamento para essa análise, justifica-se por sua relevância enquanto um dos primeiros esforços palpáveis para a história da experiência da luta armada no Brasil. Gorender não foi somente um militante com experiência prática no campo da resistência, como também construiu uma obra densa, onde classifica e compara criticamente os diferentes agrupamentos armados, suas estratégias e suas bases teóricas.

Entre os diversos grupos que emergiram nesse contexto, destacam-se duas organizações: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que representavam tradições ideológicas distintas e que desenvolveram estratégias revolucionárias também opostas. Segundo Gorender (1998), essas organizações não apenas se opunham ao regime militar, mas também protagonizaram intenso debate teórico sobre a natureza da formação social brasileira, divergindo quanto às etapas necessárias para a transformação da sociedade. Enquanto alguns grupos defendiam a necessidade de completar a revolução burguesa antes de avançar rumo ao socialismo, outros argumentavam que as condições para a revolução socialista já eram presentes, dispensando qualquer etapa intermediária.

Este trabalho realizou, nesse sentido, um estudo comparativo das concepções sobre formação do Brasil desenvolvidas pelo PCB e pelo VPR durante a ditadura militar, analisando como essas interpretações teóricas se traduziram em estratégias políticas específicas. A pesquisa concentra-se no período entre 1964 e 1985, aprofundando as análises nos fundamentos ideológicos que orientaram essas organizações na construção de suas práticas revolucionárias. Já o problema de pesquisa parte da compreensão de como diferentes interpretações sobre o processo histórico de formação nacional influenciaram as escolhas estratégicas dos grupos de resistência armada.

As hipóteses que orientam esta investigação sugerem que o PCB, baseado na tradição marxista-leninista ortodoxa, interpretava o Brasil como sociedade semicolonial e semifeudal que necessitava passar pela revolução democrático-burguesa antes de alcançar o socialismo, enquanto o VPR, influenciado pelo foquismo guevarista e pela teoria da dependência, compreendia o país como formação capitalista dependente que poderia partir diretamente ao socialismo. Essas divergências teóricas teriam determinado as estratégias políticas distintas: o PCB priorizando alianças com setores progressistas da burguesia nacional, e o VPR defendendo a ruptura imediata através de guerrilhas. A pergunta direcionadora deste trabalho é, portanto, 'Como essas diferentes interpretações sobre a formação do Brasil influenciaram as estratégias revolucionárias adotadas pelo PCB e pelo VPR durante a ditadura militar?'

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as concepções sobre formação do Brasil desenvolvidas pelo PCB e pelo VPR, buscando entender como essas interpretações se traduziram em estratégias revolucionárias durante o governo militar. Já os objetivos específicos foram: caracterizar a teoria base das interpretações de cada organização quanto a formação nacional; examinar as divergências entre os modelos de revolução burguesa e socialista propostos pelos dois grupos e por fim, avaliar as implicações práticas dessas diferentes concepções nas estratégias de resistência ao regime autoritário. É importante ressaltar que todos esses objetivos foram escolhidos à luz da importância da concepção de memória, instituída desde 2014 pela Comissão da Verdade.

Portanto, a relevância deste trabalho se encontra na contribuição para a compreensão da fundamentação teórica que orientou a resistência armada brasileira, visando oferecer elementos para o debate contemporâneo quanto aos projetos de transformação social no país. Para a comunidade científica, a pesquisa contribui para o aprofundamento dos estudos sobre a ditadura militar, destacando as dimensões teóricas frequentemente negligenciadas na análise dos movimentos de resistência. Socialmente, o trabalho oferece caminhos para a reflexão e discussão sobre os diferentes caminhos de transformação política e social que se apresentaram na história brasileira recente.

A metodologia escolhida foi a revisão bibliográfica, utilizando de diversas fontes obtidas em bases confiáveis como Google Scholar, Portal de Periódicos CAPES e SciELO. A escolha desses textos foi feita inicialmente por palavras-chave tal como "resistência armada", "ditadura militar brasileira", "formação do Brasil", "PCB", "VPR", "revolução" e "Jacob Gorender". Além disso, é importante ressaltar que a análise bibliográfica teve enfoque na obra autobiográfica de Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*.

Por fim, considerando a estrutura do trabalho, organizei-o de forma a proporcionar compreensão abrangente do tema através de análise que articula contextualização histórica, fundamentação teórica e exame comparativo das organizações estudadas. Para isso, foram separados os capítulos que apresentem

respectivamente: a fundamentação teórica; o entendimento da obra de base *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender; um panorama geral da resistência armada durante a ditadura militar; as origens ideológicas e interpretações sobre formação nacional desenvolvidas por cada grupo; as estratégias revolucionárias que emergiram dessas diferentes concepções teóricas; e finalmente as considerações finais com uma síntese dos principais pontos da pesquisa.

Este trabalho, busca, portanto, compreender as razões teóricas e históricas das escolhas políticas feitas por diferentes setores da resistência armada, e pretende contribuir para um debate mais qualificado sobre os limites e as possibilidades das revoluções no Brasil, bem como sobre o legado da esquerda revolucionária frente ao autoritarismo e à estrutura social brasileira.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para entender as diferentes táticas e interpretações quando falamos de luta armada no Brasil, é necessário um mergulho nos debates teóricos que marcaram a esquerda revolucionária ao longo do século XX. Nesse sentido, o trabalho social dessa esquerda nacional, se inicia ao trazer a ideia da formação social: sua historicidade e sua inserção na lógica capitalista dependente. Nesse sentido, esses temas foram centrais para os intelectuais e militantes que buscavam uma alternativa radical ao modelo econômico e político do momento militar. E, portanto, a maneira como cada grupo revolucionário compreendeu essa formação condicionou diretamente sua leitura da revolução necessária no Brasil, assim como seus métodos de execução.

O centro desse debate intelectual apresenta então, a pergunta: qual é o modo de produção predominante no Brasil e qual o papel das classes sociais nessa estrutura? E a resposta, no entanto, variava de acordo com a orientação teórica de cada organização armada. Algumas vertentes adotavam a tese de que o Brasil ainda mantinha elementos semifeudais ou coloniais, o que justificaria uma revolução de tipo nacional-democrática; já outras argumentavam que o Brasil já havia se integrado plenamente ao capitalismo dependente, o que impunha a necessidade de uma revolução socialista imediata. Essa divergência revela então, a importância da teoria da formação social como base para a ação política.

A primeira vertente, baseava-se no marxismo e se subdividia em novos diagnósticos. O primeiro sendo o marxismo etapista, inspirada no modelo soviético e nas resoluções da Internacional Comunista; defendia que, em países atrasados, seria necessário realizar uma revolução em etapas. A primeira delas seria uma revolução nacional e democrática (contra o imperialismo e as estruturas pré-capitalistas), sendo seguida, em uma segunda etapa pela revolução socialista. Essa perspectiva foi mantida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) por grande parte do século XX, sendo retomada, posteriormente, por grupos dissidências como o PCdoB após o golpe de 1964 e os desentendimentos políticos da época (Gorender 1998).

Já a segunda vertente, a qual ganhou força sobretudo após a Revolução Cubana, se distanciou completamente dessa lógica etapista e propôs a possibilidade de uma revolução socialista direta, ainda que com táticas adaptadas à realidade latino-americana. É o caso das correntes influenciadas por Che Guevara, que difundiram a teoria do foco guerrilheiro como ponto central e incentivador da revolução. Essa vertente influenciou grupos como a ALN e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que privilegiavam a ação armada imediata e enxergavam no campesinato um potencial revolucionário semelhante ao observado em Cuba.

Um dos mitos criados sobre o aparecimento da luta armada é o de que ela foi uma resposta ao AI-5. Sabe-se hoje que isto não corresponde muito à realidade deste fenômeno. A existência das Ligas Camponesas no início da década de 1960 comprova que esta postura já era defendida. Preparavam-se para assumi-la, mandando, inclusive, quadros para serem treinados em CubaVI. Com o apoio do governo cubano acontecia o início da chamada “exportação da revolução” concebida por Che Guevara e Fidel Castro em 1959. (Leite, pg 3)

É considerando esse contexto inicial, que essa discussão aprofundar a análise comparativa entre os grupos, bem como suas concepções de sociedade e de revolução, os quais serão apresentados no decorrer deste trabalho.

3. A LUTA ARMADA SEGUNDO JACOB GORENDER

Anteriormente à esse aprofundamento, entretanto, este capítulo pretende mergulhar na obra *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender. Essa necessidade se dá, devido ao texto ter sido usado como base bibliográfica de maior apoio para a fundamentação teórica e entendimento quanto a realidade ideológica e revolucionária presente nos anos de ditadura militar brasileira.

A obra, publicada em 1987, foi um marco quando consideramos a análise crítica da resistência armada à ditadura militar no Brasil. Escrita por um militante histórico do Partido Comunista Brasileiro e posteriormente do PCBR, o livro oferece um levantamento denso, rigoroso e de extrema importância da experiência revolucionária armada. O autor combina sua vivência política com a percepção teórica, conferindo à obra um caráter único: ser um relato de época que, ao mesmo tempo, interpreta materialisticamente o fracasso da estratégia revolucionária.

Para Gorender, compreender a luta armada implica um panorama de condições objetivas e subjetivas da sociedade brasileira nos anos 1960 e 1970 e sua análise parte então ao diagnóstico nacional. Neste, o autor nos apresenta sua opinião de que o Brasil havia superado a etapa feudal e que a estrutura econômica dominante já era capitalista, embora com formas arcaicas coexistindo no campo. Isso o leva a criticar as organizações que insistiam em caracterizar o país como semifeudal ou como uma formação social “colonial”, tese que sustentava a defesa de vertentes da revolução democrática-burguesa que posteriormente evoluiria para a revolução socialista.

Dando continuidade em sua experiência levemente autobiográfica, Gorender apresenta as cisões dos movimentos armados. É essa ideia que nos faz entender as divergências do etapismo do PCBR das organizações como PCdoB, que adotavam a tese da guerra popular prolongada, inspirada no modelo maoísta; ou de movimentos como a ALN, que via o foco guerrilheiro como meio de “acender” a revolução por meio da ação exemplar. Ele aponta que tais organizações ignoraram as particularidades do capitalismo brasileiro e superestimaram o potencial revolucionário do campesinato, em detrimento do proletariado urbano. Para o autor: “O pior de tudo era a perda de militância e de base social. O engajamento total na luta armada afastava militantes e simpatizantes por falta de aptidões pessoais ou disposição ideológica. O número de adeptos baixava dos milhares às centenas e às dezenas”. (Gorender, 1998, p. 158).

Essa avaliação nos revela, como apresentado inicialmente, o sentimento autobiográfico, bem como uma outra crítica também presente em *Combate nas Trevas*: o voluntarismo e o subjetivismo revolucionário que marcaram boa parte das organizações. Essa é uma ideia que teve bastante destaque no desenvolvimento de seu texto e a partir disso, o autor destaca, que a ausência de uma análise concreta da realidade brasileira resultou em erros estratégicos fatais. Para Gorender, a adesão acrítica ao modelo cubano e a tentativa de transplantar táticas guerrilheiras para um país com realidades sociais, econômicas e geográficas bastante distintas teve peso extremamente importante nas derrotas táticas brasileiras.

Outro elemento importante apresentado por Gorender, é a crítica à desarticulação entre teoria e prática revolucionária. Segundo ele, muitas organizações armadas desenvolveram programas vagos ou improvisados, desconsiderando o trabalho de base e a construção de hegemonia nas massas. Apresenta que:

Como não é raro acontecer em situações de agitação social e perturbação política, a radicalização retórica era maior do que a efetiva. Algumas correntes pareciam disputar em leilão o avanço das propostas. Dirigentes perdiam a capacidade de avaliar, com aproximação correta, o estado de consciência das massas, sua disposição de seguir certas palavras de ordem, as circunstâncias conjunturais etc. O distanciamento entre realidade e retórica chega a extremos naquelas correntes cujo desajuste tático as mantém marginalizadas do movimento de massas. (Gorender, 1998, p. 49)

Ainda assim, é importante ressaltar que Gorender não rejeita a luta armada por princípio, mas sublinha que seu êxito está diretamente ligado a uma análise rigorosa da correlação de forças. A opção pela violência revolucionária, na ausência de condições objetivas, transforma-se em vanguardismo isolado e, no limite, em tragédia política (Gorender, 1998).

No mais, *Combate nas Trevas* busca extrair lições do fracasso da luta armada, sem cair no moralismo ou na desqualificação retrospectiva dos militantes. Gorender, inclusive, reconhece o heroísmo de muitos combatentes, incluindo capítulos que ressaltam as práticas desumanas e as táticas de tortura nos porões da ditadura:

Há um limite ao sofrimento. Ou então, perdemos a linha, a compostura, o amor. Agora compreendo o poder da tortura! Quem é que pode

resistir? Só Cristo pôde resistir. Ele é Deus. (...) Desde que me tornei militante do PCB, no remoto de 1942, ouvi e li centenas de narrativas sobre torturas (Gorender, 1998, p. 215)

Por fim, a originalidade de sua abordagem, e a importância de sua obra para este trabalho, se encontra ao definir e classificar “as fases de rachas, de divisões e subdivisões, às vezes motivadas por questões secundárias ou pelas rivalidades personalistas.” (Gorender 1998, p. 79). O autor identifica quatro principais correntes dentro da resistência armada, agrupadas conforme sua origem política e base teórica: oriundas do PCB tradicional, inspiradas pela Revolução Cubana, de orientação maoísta e as organizações anarquistas. Essa tipologia permite compreender que não se tratava de um bloco homogêneo, mas de uma multiplicidade de interpretações sobre a formação social brasileira e o caminho da revolução. Em suma, são essas tipologias, destacando as duas primeiras, que orientaram o desenvolvimento deste trabalho.

4. PANORAMA HISTÓRICO: RESISTÊNCIA ARMADA NA DITADURA BRASILEIRA (1964-1985)

A década de 1960 marcou a geopolítica global com a ideia de ‘mundo bipolar’, gerando disputas políticas representando os interesses comunistas ou capitalistas; dos EUA, ou da URSS; e o Brasil, bem como a América Latina foram o segundo maior palco de agitações sociais. As intensas disputas políticas deram lugar a projetos autoritários ascendentes, sustentados pela lógica da Guerra Fria. É em meio a esse cenário, que o golpe civil-militar de 1964 destituiu o presidente João Goulart sob a justificativa de conter uma suposta ameaça comunista e instaurou um regime autoritário que duraria 21 anos.

O golpe militar de 1964 inaugurou, portanto, um período de profundas transformações no cenário político brasileiro; e em 1968 com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o regime militar alcançou seu ápice repressivo, demonstrando o lado pendular violento do regime (Codato, 2005). Essas movimentações sociais estabeleceram então, as bases para o surgimento de movimentos de resistência que questionariam não apenas o regime autoritário, mas também as interpretações sobre a formação nacional. *Combate nas Trevas* (1998) destaca que a resistência armada foi uma resposta direta ao fechamento dos canais democráticos tradicionais, configurando-se como fenômeno político complexo, o qual ultrapassava a simples ideia de oposição ao governo militar (Gorender, 1998). Este panorama nos revela, portanto, como esses diferentes grupos políticos reinterpretaram a realidade brasileira, desenvolvendo em seguida, estratégias revolucionárias que refletiam suas concepções particulares sobre o processo de formação do país.

Sob essa perspectiva, o início dos movimentos armados deve ser entendido como resultado de uma junção entre fatores internos da realidade brasileira e fatores externos de influência de processos revolucionários internacionais. Conforme observa Sales (2020), o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira intensificou-se após 1964, quando se tornou claro que a via institucional havia sido bloqueada pelo regime militar. A principal fonte de influência para a ideologia e para as práticas revolucionárias, para alguns grupos, foi a Revolução Cubana, a qual ofereceu um modelo alternativo de transformação social, e detinha fator diferencial de outras propostas: a adequação às condições latino-americanas.

Ainda assim, é de extrema importância reconhecer que a resistência brasileira não foi um movimento homogêneo, mas sim um conjunto diversificado de organizações com origens sociais, composições políticas e articulações estratégicas distintas. Ridenti (2010) e Gorender (1998) enfatizam que esses grupos emergiram de diferentes tradições políticas; os quais incluíam: dissidências comunistas, movimentos católicos progressistas, organizações estudantis e setores da esquerda nacionalista. Nesse sentido, cada uma dessas organizações desenvolveu sua própria interpretação sobre a essência da sociedade brasileira, sobre as formas mais adequadas de transformá-la e em estratégias revolucionárias que variavam desde a revolução democrático-burguesa como intermediária no processo até a revolução socialista imediata.

A obra de Jacob Gorender, representa, como dito anteriormente, marco fundamental para a compreensão desse período, já que oferece análise de rigor documental e teórica, juntamente a experiência própria sobre os movimentos de resistência. Ele nos apresenta, portanto, a perspectiva de que a luta armada deve ser analisada não apenas como fenômeno militar, mas como expressão política de diferentes projetos de sociedade que se confrontaram durante a ditadura (Gorender, 1998). Além disso, sua abordagem, como também apresentado no capítulo anterior, permite compreender como os grupos armados elaboraram diagnósticos sobre a formação histórica brasileira e traduziram essas interpretações em práticas políticas concretas.

Por outro lado, essa periodização dos conflitos nos revela as transformações significativas quando consideramos as estratégias e concepções dos grupos armados ao longo do tempo. Leite (2005) demonstra que

algumas organizações, tal como o COLINA, o qual tinha práticas semelhantes ao VPR passaram por processos de radicalização política que refletiam mudanças nas interpretações sobre a conjuntura nacional e internacional. Entre 1964 e 1968, predominaram tentativas de articulação de frentes amplas contra a ditadura; após o AI-5, intensificaram-se as ações armadas diretas; e, a partir da década de 1970, observou-se crescente isolamento dos grupos guerrilheiros em relação às massas populares.

Nesse contexto, merece destaque de compreensão, a forma como diferentes organizações interpretaram o papel da violência política na transformação social brasileira. Para grupos como o PCB, a luta armada deveria ser subordinada à construção de amplas alianças democráticas capazes de promover a revolução burguesa anti-imperialista; para outros, como o VPR, a violência revolucionária deveria ser utilizada como instrumento central para a derrubada imediata do capitalismo dependente (Dias, 2014). Essas divergências eram reflexão das concepções distintas sobre a estrutura e formação social brasileira, bem como quanto às etapas necessárias para sua transformação.

No mais, a análise da resistência deve considerar as múltiplas dimensões da repressão estatal, que não se limitou à perseguição dos militantes armados, mas incluiu também a construção de narrativas que deslegitimavam os projetos revolucionários. Figueiredo (2014) ressalta que o Partido Comunista Brasileiro enfrentou perseguição sistemática durante todo o período ditatorial, o que evidencia como o regime militar combateu não apenas as organizações que adotaram a luta armada. Esse fato sugere que a ditadura percebia qualquer projeto de transformação social como ameaça potencial à ordem estabelecida.

Por fim, o panorama da resistência na ditadura brasileira caracterizou-se pela diversidade de projetos políticos que emergiram em resposta ao autoritarismo militar. Cada organização desenvolveu interpretações particulares sobre a formação do Brasil e sobre as estratégias mais adequadas para sua transformação, resultando em práticas políticas que variaram desde a busca de alianças democráticas até a guerrilha revolucionária. O entendimento desse período exige, então, uma análise cuidadosa das diferentes concepções teóricas que direcionaram esses grupos de resistência, bem como das formas específicas como traduziram essas concepções em ações políticas concretas (Ridenti, 2010).

5. PCB e VPR: ORIGENS IDEOLÓGICAS E VISÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO BRASIL

Com trazido anteriormente, a diversificação entre os diversos grupos de luta armada no Brasil foi travada a partir de interpretações acerca de dois pontos principais: a formação do Brasil e o caráter da revolução. Nesse sentido, o intuito é durante o decorrer deste capítulo, analisar o primeiro ponto.

A formação social brasileira, foi, inclusive uma das discussões que mais ocupam espaço na articulação literária brasileira dos anos 50 e 60 (Andrada, 2024). E essa disputa teórica teve papel determinante nas estratégias políticas e militares adotadas pelos diferentes grupos revolucionários. As divergências não diziam respeito apenas à tática ou ao repertório de luta, mas refletiam também compreensões distintas sobre o estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o papel do campesinato, do proletariado e da burguesia, e, por consequência, o tipo de revolução que se deveria realizar. Nesse sentido, o intuito aqui é apresentar de forma mais minuciosa as visões acerca da formação brasileira, considerando dois principais movimentos representantes das tipologias separadas por Gorender (1998): o PCB e a VPR.

O Partido Comunista Brasileiro foi considerado o maior grupo militante da esquerda no início da ditadura militar, devido à sua criação ainda em 1922, e consolidou-se historicamente como principal representante da tradição marxista-leninista no país, desenvolvendo uma interpretação sobre a formação nacional que influenciou decisivamente suas estratégias políticas durante a ditadura militar. Conforme analisa Gorender (1998), o PCB fundamentava sua compreensão da realidade brasileira na tese de que o país ainda não havia completado sua revolução burguesa, permanecendo como sociedade semicolonial e semifeudal que necessitava passar por etapa democrático-nacional antes de avançar rumo ao socialismo, a chamada revolução etapista. Essa interpretação, era enraizada e baseada no viés comunista internacional e determinava que a revolução brasileira deveria ser conduzida da mesma maneira: em duas fases distintas; primeiro, a consolidação do capitalismo nacional independente e só depois, a transição para o socialismo.

Já o segundo grupo a ser analisado, a Vanguarda Popular Revolucionária surgiu em 1966 como uma expressão de quebra radical com o marxismo tradicional; e diferentemente da perspectiva etapista, propôs uma reinterpretação da formação brasileira que questionava os fundamentos teóricos do PCB. De acordo com Dias (2014), o VPR compreendia o Brasil como país capitalista dependente que já havia superado os resquícios feudais, não necessitando, portanto, de revolução burguesa prévia ao socialismo. Essa organização, foi fortemente

influenciada pelo foquismo guevarista e pela teoria da dependência. O VPR, com essa proposta, defendia que as condições objetivas para a revolução socialista já se encontravam no dia a dia da população brasileira, sendo necessário apenas criar as condições individuais de interesse, através das guerrilhas.

Sob essa ótica, essas divergências entre PCB e VPR refletiam a ideia de que as interpretações distintas sobre a natureza do capitalismo brasileiro e o papel do imperialismo na formação nacional eram fundamentais para a formação dos grupos militantes. O PCB, como grupo mais tradicionalista, seguindo as diretrizes da III Internacional Comunista, interpretava o Brasil como país oprimido pelo imperialismo, onde a burguesia nacional estava em certa contradição com o capital estrangeiro; essa ideia permitia, portanto, alianças progressistas (Figueiredo, 2014). Já o VPR, influenciado pelas teorias da dependência, entendia a burguesia brasileira como organicamente e diretamente ligada ao imperialismo, impossibilitando qualquer aliança revolucionária com esse setor social. Nessa lógica, “toda esta produção (...), direta ou indiretamente, se inspirava na teoria da dependência”. (Gorender, 1998 p. 75).

Além disso, a questão agrária se encontrava como ponto indispensável na lista de debates para os dois grupos. Para o PCB, o interior brasileiro era representante das relações semifeudais que evidenciavam a necessidade de uma revolução burguesa completa como etapa inicial do processo progressista; era exigido, portanto, um programa de reforma agrária radical que eliminasse os latifúndios e democratizasse a propriedade da terra (Gorender, 1998). É essa a análise que levou o partido a defender alianças com setores da burguesia, os quais estavam interessados na modernização capitalista do campo, incluindo empresários progressistas e segmentos das classes médias urbanas.

Do lado oposto dessa interpretação estava o VPR, que interpretava a questão agrária como um dos pontos chaves do capitalismo dependente, em que o latifúndio é instrumento de acumulação primitiva, subordinado a interesses imperialistas. Essa perspectiva quanto a necessidade de extinção dos latifúndios e necessidade de reforma agrária estava, para os militantes do VPR, associado a revolução socialista; a qual eliminaria automaticamente toda e qualquer propriedade privada de meios de produção no campo e na cidade (Dias, 2014). Nesse sentido, essa interpretação deu caminho à rejeição completa de alianças com qualquer setor da burguesia, propondo um movimento unicamente proletariado.

Outro ponto de importante para o entendimento das origens e do desenvolvimento desses grupos, é a influência internacional exercida neles. Enquanto o PCB mantinha vínculos orgânicos com movimentos comunistas internacionais, tal como o da União Soviética, o VPR sofreu grande influência da Revolução Cubana, muitas vezes de maneira financiada.

O PCB, como ressaltado, mantinha vínculos com o movimento comunista soviético; o que determinou sua adesão às teses sobre a revolução em países coloniais e semicoloniais elaboradas pelos teóricos marxistas-leninistas clássicos (Sales, 2020). Essa filiação internacional reforçava a estratégia etapista e a busca de frentes amplas anti-imperialistas como caminho para a transformação social.

Já o VPR, sob influência da Revolução Cubana e dos movimentos de libertação nacional africanos e asiáticos, que demonstravam a possibilidade de transição direta ao socialismo sem passar pela etapa burguesa. Ridenti (2010) observa que essas experiências revolucionárias ofereciam modelos alternativos ao marxismo ortodoxo, inspirando organizações a desenvolver estratégias insurrecionais baseadas em guerrilhas e na criação de focos revolucionários. A teoria do foco, elaborada por Che Guevara e Régis Debray, foi, nesse sentido, foco de estudo e usada como fundamentação teórica para a ação armada imediata.

As origens ideológicas e as visões sobre a formação do Brasil e seu lugar na dinâmica do capitalismo global, desenvolvidas pelo PCB e pelo VPR refletiam tradições teóricas distintas que produziram estratégias políticas radicalmente diferentes durante a ditadura militar. Enquanto o PCB mantinha-se fiel à interpretação etapista da revolução brasileira, o VPR propunha ruptura com essa tradição, defendendo a revolução socialista imediata como única alternativa viável para a transformação da sociedade brasileira. Essas divergências teóricas fundamentais determinariam as formas específicas como cada organização enfrentou o regime militar e construiu suas respectivas práticas políticas (Gorender, 1998). E compreender essas diferenças é essencial para analisar os motivos do fracasso da resistência armada, bem como suas contribuições e limites históricos.

6. ESTRATÉGIAS REVOLUCIONÁRIAS EM CONFRONTO: MODELO BURGUEÊS VS. MODELO SOCIALISTA NA PRÁTICA POLÍTICA

Por fim, analisaremos agora o caráter da revolução brasileira segundo os dois grupos de militância durante o governo militar apresentados anteriormente. No capítulo anterior apresentamos inicialmente os dois

pontos de maior importância para a discussão acerca do combate militar: a formação do Brasil e o caráter da revolução. Esse capítulo tem portanto, o intuito de discutir a respeito do caráter revolucionário de cada um dos grupos, já que essa temática foi o segundo ponto de maior importância para o desenvolvimento de movimentação populacional contra a opressão e autoritarismo no Brasil durante a ditadura militar de 1964.

Ao analisarmos o PCB, é importante destacar que o partido defendia a ideia de que o modelo de revolução social brasileiro deveria ser pautado na burguesia. O modelo de revolução defendido fundamentava-se na concepção de que a transformação da sociedade brasileira deveria acontecer por meio de amplas alianças democráticas, as quais seriam responsáveis por completar as tarefas históricas deixadas inconclusas pela burguesia nacional. Gorender (1998) destaca que essa estratégia implicava a busca de articulação política com setores progressistas da burguesia, incluindo empresários nacionais, profissionais liberais e segmentos das classes médias urbanas que se opunham ao imperialismo e ao latifúndio. O partido, então, interpretava que tais alianças eram não apenas possíveis, mas necessárias para isolar os setores mais reacionários da sociedade e criar condições para o avanço democrático.

Essa abordagem, apresentada como etapista foi traduzida em práticas políticas específicas que privilegiavam a participação institucional e a construção de frentes amplas sobre a ação armada direta. Segundo Figueiredo (2014), o PCB manteve durante todo o período ditatorial a estratégia de combinar resistência legal e semilegal, evitando o isolamento político que poderia resultar da adoção exclusiva da luta armada. O partido buscava articular-se com organizações da sociedade civil, movimentos estudantis, sindicatos e entidades profissionais que se opunham ao regime militar, mesmo quando essas organizações não compartilhavam seus objetivos socialistas de longo prazo.

Contudo, essa estratégia gerou contradições internas significativas que resultaram em cisões e questionamentos da linha política oficial do partido, os famosos *rachas*. Sales (2020) observa que diversos militantes comunistas, especialmente entre os mais jovens, criticavam o que consideravam excessiva, a moderação da direção partidária diante da violência do regime militar. Essas tensões levaram ao surgimento de dissidências como o PCdoB e outras organizações que rejeitavam a estratégia de alianças com a burguesia, defendendo formas mais radicais de enfrentamento ao autoritarismo.

Em lado oposto, se encontrou o VPR, propondo um modelo de revolução socialista que tomou como ideia principal a rejeição ao marxismo etapista; além disso, propôs a defesa da ruptura imediata com o sistema capitalista dependente. De acordo com Dias (2014), essa organização compreendia que as condições objetivas para a revolução socialista já estavam presentes na sociedade brasileira, sendo necessário apenas criar as condições subjetivas através dos movimentos de guerrilhas. A estratégia tática do VPR vinha inspirada no modelo cubano, onde um pequeno grupo de revolucionários conseguiu derrubar o regime de Batista e implementar transformações socialistas sem passar por etapa democrático-burguesa prévia.

É importante ressaltar que essa concepção estratégica, manifestava-se em práticas políticas centradas na ação armada e na criação de focos revolucionários tanto no campo quanto na cidade. Ridenti (2010) ressalta que o VPR desenvolveu sofisticada teoria sobre a articulação entre guerrilha rural e ações armadas urbanas, entendendo que ambas as formas de luta eram complementares no processo de construção do poder revolucionário. A organização, como reiterado anteriormente, rejeitava alianças com qualquer setor da burguesia, considerando que todos os segmentos dessa classe estavam comprometidos com a manutenção do capitalismo dependente.

Se as diferenças teóricas eram evidentes, suas consequências práticas revelaram-se ainda mais significativas durante o enfrentamento ao regime militar. Enquanto o PCB buscava manter vínculos com organizações legais e semi-legais, participando de movimentos como o da anistia e das campanhas pelas eleições diretas, o VPR concentrava seus esforços na preparação militar e na execução de ações armadas que visavam demonstrar a vulnerabilidade do aparato repressivo (Gorender, 1998). Essas estratégias distintas produziram resultados diferentes em termos de inserção social e capacidade de resistência à repressão.

No entanto, cabe frisar que ambas as estratégias enfrentaram limitações significativas que evidenciaram as dificuldades de transformação social em contexto autoritário. Leite (2005) demonstra que organizações como o COLINA, que adotaram estratégias similares ao VPR, sofreram isolamento crescente em relação às massas populares, o que facilitou sua derrota pelo aparato repressivo. Por outro lado, a estratégia do PCB, embora tenha preservado maior capacidade de articulação política, mostrou-se insuficiente para promover transformações estruturais significativas durante o período democrático posterior, fato claro ao considerarmos a duração temporal de 21 anos do regime ditatorial brasileiro.

Dito isso, a disputa em torno do caráter da revolução não foi apenas teórica: implicava questões como o tipo de aliança política a ser estabelecida (com a burguesia nacional ou contra ela), os meios de mobilização

(campeinato, operariado, juventude urbana) e os métodos de luta (foco rural, guerrilha urbana, insurreição generalizada). Essas escolhas refletiam não apenas leituras sobre a sociedade brasileira, mas também diferentes concepções sobre a possibilidade de transformação revolucionária no Terceiro Mundo; e compreender o caráter atribuído à revolução por cada grupo é essencial para explicar tanto sua inserção social quanto os limites e contradições de sua atuação.

Assim sendo, a análise das estratégias revolucionárias do PCB e do VPR revela como interpretações distintas sobre a formação do Brasil conduziram a práticas políticas fundamentalmente diferentes durante a ditadura militar. O modelo burguês defendido pelo PCB privilegiava alianças democráticas e participação institucional, enquanto o modelo socialista do VPR centrava-se na ação armada e na ruptura imediata com o capitalismo dependente. Ambas as estratégias refletiam concepções teóricas coerentes sobre a natureza da sociedade brasileira, mas enfrentaram contradições práticas que limitaram sua eficácia na transformação das estruturas políticas e sociais do país (Sales, 2020).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão visou apresentar como as distintas concepções ideológicas acerca da formação social brasileira que os grupos de resistência ao governo militar brasileiro de 1964, bem como o caráter revolucionário desenhado por eles não eram divergências meramente táticas ou circunstanciais, mas sim profundamente enraizadas em leituras distintas da realidade nacional.

Partindo da leitura de base da obra *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender, foi possível estabelecer definições de um ponto de vista interno e perceber o esforço analítico de um ex-militante que, à luz do materialismo histórico, buscou compreender criticamente os erros, acertos e limites da luta armada. Gorender não apenas classificou e analisou os diversos agrupamentos, mas também problematizou a ausência de enraizamento social das organizações, a fragilidade de suas estratégias de massa e o voluntarismo que, muitas vezes, substituiu uma leitura objetiva da correlação de forças sociais.

Assim sendo, a investigação sobre as concepções de formação do Brasil desenvolvidas pelo Partido Comunista Brasileiro e pela Vanguarda Popular Revolucionária durante a ditadura militar revelou que as interpretações teóricas sobre o processo histórico nacional exerceram influência determinante nas estratégias revolucionárias adotadas por esses grupos. A análise demonstrou que as divergências fundamentais entre essas organizações não se limitavam a questões táticas ou conjunturais, mas refletiam compreensões radicalmente distintas sobre a natureza da sociedade brasileira, o caráter de sua formação histórica e as etapas necessárias para sua transformação. Essas diferenças interpretativas traduziram-se em práticas políticas específicas que variaram desde a busca de alianças democráticas até a adoção da guerra de guerrilhas como estratégia central.

As hipóteses formuladas inicialmente foram integralmente confirmadas pela pesquisa. O PCB efetivamente interpretava o Brasil como sociedade semicolonial e semifeudal que necessitava completar sua revolução burguesa antes de avançar rumo ao socialismo, fundamentando essa perspectiva na tradição marxista-leninista ortodoxa e nas diretrizes do movimento comunista internacional. Por sua vez, o VPR compreendia o país como formação capitalista dependente que já havia superado os resquícios feudais, defendendo a possibilidade de transição direta ao socialismo através da guerra de guerrilhas inspirada no modelo cubano. Essa confirmação das hipóteses evidencia a coerência entre fundamentos teóricos e práticas políticas desenvolvidas pelos dois grupos.

O primeiro objetivo específico, que consistia em caracterizar as bases teóricas que fundamentavam as interpretações de cada organização sobre a formação nacional, foi plenamente alcançado. A pesquisa identificou que o PCB baseava-se na interpretação clássica do marxismo-leninismo sobre países coloniais e semicoloniais, enfatizando a persistência de relações semifeudais no campo e a necessidade de alianças com a burguesia nacional anti-imperialista. O VPR, diferentemente, fundamentava-se na teoria da dependência e no foquismo guevarista, interpretando o Brasil como país capitalista dependente onde a burguesia estava organicamente articulada ao imperialismo internacional, impossibilitando qualquer aliança progressista com esse setor social.

O segundo objetivo específico, relativo ao exame das divergências entre os modelos de revolução burguesa e socialista propostos pelos dois grupos, também foi satisfatoriamente cumprido. A análise revelou que o modelo burguês defendido pelo PCB privilegiava a construção de frentes amplas democráticas, a participação em movimentos legais e semilegais, e a busca de transformações graduais que preparassem o terreno para futuras mudanças socialistas. O modelo socialista proposto pelo VPR, contrariamente, centrava-se na ação armada

imediate, na criação de focos revolucionários e na rejeição completa de alianças com qualquer setor da burguesia, visando a ruptura total com o sistema capitalista dependente.

O terceiro objetivo específico, que visava avaliar as implicações práticas dessas diferentes concepções nas estratégias de resistência ao regime autoritário, foi igualmente atingido. A pesquisa demonstrou que as divergências teóricas produziram consequências concretas na forma como cada organização enfrentou a ditadura militar. Enquanto o PCB manteve estratégia que combinava resistência legal e clandestina, preservando vínculos com organizações da sociedade civil e movimentos democráticos, o VPR concentrou seus esforços na preparação militar e na execução de ações armadas que visavam demonstrar a vulnerabilidade do aparato repressivo e inspirar a insurreição popular.

O objetivo geral da pesquisa, que consistia em analisar as concepções sobre formação do Brasil desenvolvidas pelo PCB e pelo VPR e examinar como essas interpretações se traduziram em estratégias revolucionárias durante a ditadura militar, foi completamente realizado. A investigação proporcionou compreensão abrangente sobre como diferentes leituras do processo histórico brasileiro influenciaram as escolhas políticas dos grupos de resistência, evidenciando a importância dos fundamentos teóricos na definição de práticas revolucionárias. O problema de pesquisa inicial foi adequadamente respondido, demonstrando-se que as interpretações sobre a formação nacional constituíram elemento determinante nas estratégias adotadas pelos dois grupos.

Nesse sentido, o trabalho visou entender essas experiências à luz da formação social brasileira e de seus entraves estruturais; e apresentou a temática como fundamental para pensar os desafios contemporâneos da esquerda e da luta por transformação social no Brasil não com intenção de condenar, mas sim de compreender o curso histórico das lutas sociais do país.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, Leonardo Silva. *Da abertura às diretas: movimento de massa e modernização conservadora no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/Maria%20Fernanda/Downloads/59309-Texto%20do%20artigo%20ou%20resenha-240611-1-10-20240528.pdf> Acesso em: 27 mar 2025

CODATO, Adriano Nervo. *Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYTZMZcPhM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 25 ago 2025.

DELLAMORE, Carolina; FERNANDES, Juliana Ventura de Souza. Representações do feminino no cinema e na memória da resistência armada à ditadura militar brasileira. Notas sobre o caso de Iara Lavelberg, a partir do documentário *Em busca de Iara* (2014) de Flávio Frederico e Mariana Pamplona. **L'Ordinaire des Amériques**, n. 222, 2017.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. O terrorismo de estado (TDE) no Rio Grande do Sul: perseguição, prisão e tortura de militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). **Albuquerque (online)**, v. 6, n. 11, 2014.

FIGUEIREDO, César Alessandro. Partido Comunista Brasileiro versus ditadura militar: 1964-1985—a clandestinidade também mata. **Textos e Debates**, n. 25, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998.

LAHUERTA, Milton. Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica. [S.l.], [s.n.], [ano]. Disponível em: file:///C:/Users/Maria%20Fernanda/Downloads/Em_busca_da_formacao_social_brasileira_m.pdf Acesso em 28 ago 2025.

LEITE, Isabel Cristina. Radicalização política frente ao regime militar em Belo Horizonte-o grupo COLINA. **Revista História Hoje**. São Paulo, v. 3, n. 8, p. 1-13, 2005.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SALES, Jean Rodrigues. Resistência, revolução e democracia: o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira (1969-1985). **Revista Tempo e Argumento**, v. 12, n. 31, 2020.